

EPISTEMOLOGIA, PESQUISA E PSICOLOGIA SOCIAL OU O QUE NÃO TEM NOME NEM NUNCA TERÁ OU O ARREBATADOR QUE VEM DE QUALQUER LUGAR E AVANÇA SEM PONDERAR

Ricardo Pimentel Mélo¹

Este artigo se configura como um ensaio sobre a produção de conhecimento e a psicologia social. Ele está dividido em três momentos que, ao final do texto, são inter-relacionados: começa-se com o posicionamento em relação à epistemologia; em seguida, faz-se referência à pesquisa e, por fim, à psicologia social. Critica-se a produção do conhecimento como uma epistemologia que, funcionando como um dispositivo discursivo, qualifica o verdadeiro e o falso. Também se busca uma postura de crítica no campo da psicologia social em relação ao propósito de alcançar a predição e o controle da conduta ou do comportamento adjetivado de social. Por fim, levanta-se uma discussão sobre o conceito de “social” que, a partir da década de 1980, no Brasil, passou a ser muito usado como se fosse a “palavra mágica” que retirava da Psicologia toda a carga de individualismo que ela por acaso pudesse vir a ter. Porém, pouca discussão sobre o conceito pode ser encontrada na literatura brasileira. Fora do País, esses debates começaram a ser realizados por autores que se alinhavam com

¹ Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC.

o que veio a se chamar de “movimento construcionista”. Conclui-se que “social” tem a característica de ser uma potência, mais do que um significado.

SOBRE A EPISTEMOLOGIA: UM ESTILO SUSTENTADO POR UM COLETIVO

Para uma localização no que se costuma chamar de epistemologia, buscou-se um texto de 1935 de Ludwik Fleck – *La génesis y el desarrollo de un hecho científico* (FLECK, 1986) – e alguns escritos de Michel Foucault (este geralmente mais conhecido do que aquele).

Fleck, um polaco de ascendência judia, nasceu em 1896, em Lviv, território austríaco hoje anexado à Ucrânia. Formou-se em medicina, dedicando-se também à biologia, e trabalhou em inúmeros laboratórios. Esteve preso em campo de concentração até a libertação da Polônia, em 1945. Recebeu prêmios por suas pesquisas no campo da microbiologia e da imunologia. Portanto, seria possível dizer que se trata de um pesquisador modelo (no bom estilo Capes²).

Em seu livro que se tomou como base, *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, ele descreveu o desenvolvimento histórico do conceito de sífilis. “Demonstrou” que não se pode descrever a sífilis somente como enfermidade, sendo necessário incluir os aspectos morais que inclusive guiaram a pesquisa desta enfermidade (NETELL, 1986). Para Fleck, não é possível separar “contexto de descobrimento, de contexto de justificação”. Ou seja, as ideias de Fleck para os objetivos que se deseja expor aqui, relacionados com a postura profissional diante da psicologia social e da pesquisa, dizem que: se a epistemologia se ocupar do conhecimento humano, das consistências dos conceitos, provas objetivas e construções lógicas, como se o ser humano fosse portador de uma racionalidade universal, acaba esquecendo que o conhecimento humano advém de um “coletivo de pensamento”.

² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Por ello, un hecho (y en particular el hecho científico) no es algo dado, sino que se constituye como tal en función de un estilo de pensamiento sostenido por un determinado colectivo humano (HELO, 1989: 01).

Então, um “estilo de pensamento”, segundo Fleck, não só torna possível ver algo, como impede de ver outra coisa, em especial aquilo que o contradiz. Fleck foi um precursor importante de Thomas Kuhn, Michel Foucault e Bruno Latour (com a Actor Network Theory), ao conceber o conhecimento científico como descontínuo e dependente de um determinado estilo de pensamento e prática científica, que prefigura o que se pode observar e delimita o espaço das propostas que podem ser formuladas (HELO, 1989: 01). Portanto, é possível concluir que um fato científico não é algo dado e descoberto por um gênio, mas se realiza em função de um “pensamento” ou, dependendo do que se queira, de uma prática sustentada por uma espécie de estilo coletivo (hoje o que se conhece como rede de atores humanos e não humanos). Esse estilo determina a forma de observar e faz algo ser possível de ser observado.

Assim, tanto o diagnóstico de uma enfermidade como o ato de decisão de um juiz, ou a prática de um psicólogo, estão diretamente relacionados à tradição em que se inserem. Pode-se substituir o termo tradição pelo termo verdade. Portanto, determinado pensamento ou prática torna-se verdade em função de uma coletividade que, primeiro, crê na possibilidade de se chegar a uma verdade e, segundo, acredita que é esta coletividade é que tem competência para isso. Conforme salientou Fleck, a verdade é o estado atual da mudança de estilos de pensamento (NETELL, 1986). Assim, o conhecimento ganha *status* de objetividade na medida em que são “perdidas” as condições em que ele apareceu, naturalizando-o. Ganha *status* de conhecimento científico. Fleck mostrou que a epistemologia não pode deixar de lado as condições em que se produz o conhecimento, muito menos seus efeitos.

Já com Foucault é possível entender que uma trama de argumentos, sejam eles categorizados como científicos ou não, tem em comum uma relação de dependência com um sistema de verdade sustentado em rituais institucionais, caracterizado por um “[...] conjunto de práticas como a pedagogia, [...], como o sistemas de livros, de edição, de bibliotecas, como as sociedade de sábios de outrora, os laboratórios de hoje.” (FOUCAULT, 1996: 17). Desta forma, os eventos considerados científicos só são assim nomeados pelo consenso de uma comunidade.

A PESQUISA NA PSICOLOGIA: DESEJO NATURAL DE SABER OU UM ACONTECIMENTO IMBRICADO EM INTERESSES

Seguindo o raciocínio aqui proposto, a pesquisa se institucionalizou como se fosse uma prática superior à vida. Tanto que há uma vida que se pretende diferente da vida dos simples mortais, a chamada vida acadêmica, vivida na cidade universitária que, aliás, tem inclusive corpos que igualmente pretendem-se imortais: os corpos docentes. Separou-se a pesquisa da vida cotidiana dos mortais, retirando-se a casualidade como categoria que produz acontecimentos, inclusive os científicos. Às condições de possibilidade de algo acontecer — como advogou o trabalho de Fleck — a ciência moderna opôs a racionalidade humana com características sobrenaturais: a possibilidade de o humano representar a natureza, de ouvir o seu murmúrio e traduzi-la em letras, gráficos, tabelas, números ou de saber seus significados. A ciência elevou a décima potência o adágio religioso de que os indivíduos foram feitos à imagem e semelhança de Deus. Assim, todos os seres podem ser, por quaisquer pessoas (os humanos), estudados e compreendidos, porque só as pessoas (os humanos) leem a natureza. E, se há vida inteligente, ela tem de ser semelhante à humana. O elefante é inteligente porque se presume que ele realiza operações matemáticas; o macaco, porque tem o DNA parecido com o do homem... O ser humano, como se fosse uma “Dori” (a personagem de *Procurando Nemo*), sabe baleiês, tartaruguês, estrelês, plane-

tês, universês... Pelo olho humano “entra” o universo a ser destilado, separando-se o que é verdade do que é falso.

Esse é o discurso da ciência moderna. Segundo Foucault, é possível reconhecer um “nível singular entre todos aqueles que permitem analisar os sistemas de pensamento: são as práticas discursivas” (FOUCAULT, 1997: 11):

As práticas discursivas [...] são modos de fabricação de discursos. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e difusão, em formas pedagógicas, que, ao mesmo tempo, as impõem e as mantêm (FOUCAULT, 1997: 12).

Muito próximo das posturas de Fleck, Foucault disse que as práticas discursivas, ou a fabricação de discursos, sejam lá quais forem ou de onde partirem, “não remetem a um sujeito do conhecimento (histórico ou transcendental) [...]”; antes de tudo, designam uma vontade de saber, anônima e polimorfa, suscetível de transformações regulares e consideradas num jogo de dependência determinável” (*ibid.*, p. 12-13). Então, para a análise desta vontade de saber que pode ser dominada pela vontade de verdade, muitas vezes são utilizadas noções “extremamente desgastadas” que servem de modelos teóricos que vão de Platão a Nietzsche. Citam-se, a seguir, dois modelos nos quais se pode pensar a Psicologia.

O modelo aristotélico, que aponta para um desejo universal e natural, supondo uma relação prévia do conhecimento com a verdade e o prazer (*ibid.*, p. 14). E aí tem-se o ser humano como naturalmente desejante e curioso, seja pela vontade divina, seja pela vontade da natureza.

O modelo nietzschiano, que trata o próprio ato de conhecer como uma invenção. Portanto, não crê que seja uma espécie de faculdade permanente do ser humano, mas trata o conhecimento como um acontecimento imbricado em interesses (*idem*).

A Psicologia emerge no âmbito das Ciências Humanas. Disciplinarmente, organiza o ser humano como tendo uma interioridade a ser descoberta com o mesmo olhar universal do “baleiês”. Transforma singularidades em espécies e práticas em desvios. Classifica e segrega em nome de teorias que se julgam absolutamente higienizadoras da vida. Escolhe como objeto ou o sujeito interpretável, ou o comportamento que se objetiva advindo de estímulos chamados de sociais.

Uma das importantes formas de exercício do poder-saber, que tornam possíveis as Ciências Humanas e, em especial, a Psicologia, é o procedimento do exame. Este procedimento impõe uma “vigilância sempre atual e ininterrupta, importando saber não tanto o que ‘se passou’, mas quais as virtualidades do indivíduo e como ele presentemente se conduz” (MUCHAIL, 2004: 80). Essa técnica é correlata das democracias burguesas.

É assim que, enquanto a prática do inquérito foi modelo para o desenvolvimento das ciências da natureza, o exame, ou a disciplina, abre espaço para o surgimento das chamadas ciências do homem.

O estabelecimento da verdade pela matriz do exame não se faz mais pela reconstituição de fatos na ordem dos testemunhos, mas pela objetivação do indivíduo na ordem do que é certo ou errado, permitido ou interdito, correto ou incorreto, em suma, ‘normal’ ou não. [...], cuja finalidade não é propriamente a “exclusão” do indivíduo mediante a sua “reclusão”, mas, ao contrário, precisamente sua “inclusão” como indivíduo, isto é, seu ajustamento, sua correção, seu adestramento (MUCHAIL, 2004: 81).

Fabrica-se o indivíduo tornando-o sujeito. Esse sujeito sobre o qual Michel Plon (algures) dizia que “é uma coisa complexa e frágil, da qual é difícil falar e sem a qual não podemos falar”. Será? De todo modo, a ciência moderna cresce na medida em que funda o sujeito “definido como sujeito do conhecimento, do direito ou da consciência, seja essa consciência empírica, transcendental ou fenomênica” (ROUDINESCO & PLON, 1998: 742).

Inspirado em Foucault, acredita-se que a pergunta para a continuidade desta conversa não é sobre qual a natureza humana ou qual a natureza do sujeito, mas, como apontou Rabinow (1999: 28), “como funciona o conceito de natureza humana na nossa sociedade?”. Em outros termos, como funcionou e vem funcionando, criando a Psicologia e dotando-a de um objeto específico: “a interioridade” em contraposição a uma “exterioridade”.

A PSICOLOGIA SOCIAL QUE SE EXERCE OU SE PRÁTICA, PELO MENOS POR ENQUANTO

Com a emergência da psicologia social, o tal adjetivo “social” passou a ser a palavra mágica que pretensamente retirava da Psicologia toda a carga de individualismo que ela por acaso pudesse vir a ter. Lá pelos idos de 1960/1970, na chamada “crise da psicologia social”, passou-se a discutir mais amplamente qual era o método adequado para ela e qual concepção de ser humano ela deveria apresentar. No entanto, uma discussão sobre os usos do conceito “social” passou quase despercebida por todas as “correntes” que se abrigavam nesse campo. A discussão era resumida em uma frase: “toda psicologia é social”. E ponto final.

A psicologia social se define como um campo que estuda as relações humanas e, para isso, tradicionalmente, buscou categorias universais para explicá-las, fazendo funcionar categorias rígidas que subsistem como roupas apertadas (as conhecidas posições teórico-metodológicas) a serem vestidas em um(a) filho(a) já crescido(a) (no caso, a psicologia social). Kenneth Gergen (1973) defendeu uma postura inversa a esta, argumentando que a psicologia social é, antes de tudo, uma indagação histórica. Ele sustentou sua tese por meio da análise de que as práticas sociais podem variar consideravelmente em função de estarem à mercê de flexões históricas e, por isso, não há como um psicólogo social fugir de estudos históricos.

Mas, por outro lado, essa concepção de história pode levar à

conclusão de que há um “processo histórico”, ordenado progressivamente, que vai dando determinada forma à psicologia social. Ou seja, corre-se o risco de substituir o conceito de “social” pelo conceito de “histórico”, ou até unir os dois e assim encerrar a discussão (histórico-social). Uso semelhante também pode ser feito com o conceito de “contexto” ou “cenário”. Geralmente, se imagina algo estático tendo acontecido ou estando presente, que de alguma forma “influencia” as pessoas e os “fatos”. Novamente, é bom que seja explicitado: o que se questiona não é um conceito em si, mas os usos que se faz dele. Assim, não basta substituir uma palavra por outra, ou agregar mais uma palavra, mas importa, sim, a discussão sobre o emprego delas e o hábito que se institui após seu uso frequente. A própria ação de adjetivar a Psicologia de “social” e/ou de “histórica” já é um “acontecimento” que modifica a maneira de escrever sua história, sua funções, seus objetivos e suas aplicações.

No que alguém se debruça de algum modo sobre a psicologia social, ele a cria. Cria-se a superfície por onde a psicologia social deslizará ou emperrará. Há sempre movimento repleto de relações de forças, acidentes e desvios. E nunca há um objeto estático a ser estudado.

Essa rápida digressão teve o intuito de sustentar que a psicologia social nasceu sem fronteiras rígidas, permitindo que fosse um campo por onde passassem pesquisadores “sociais” de uma maneira geral (psicólogos, sociólogos, antropólogos, historiadores, filósofos etc.). O desafio presente é somar forças junto com aqueles que teimam em tentar que o ser humano não sucumba a modelos únicos de modos de viver, que acabem se confundindo, mesclando e tornando-se mercadorias para consumo. É sempre apostar que qualquer que seja a categoria criada para “analisar o ser humano”, para “analisar suas relações sociais”, seus “processos de subjetivação”, tenha-se como fio condutor a preocupação de evitar dualidades seculares, tão arraigadas que, não poucas vezes, são consideradas naturais, tais como a separação entre o ser humano e a sociedade, interior e exterior, senso comum e ci-

ência, discurso e ação, objetividade e subjetividade, razão e emoção, biológico e cultural, ou mesmo a separação entre a “análise” e os “modos de viver humanos”.

E o que faz um psicólogo social?

Certa vez, o signatário do presente artigo fez uma palestra que começava com a seguinte indagação: “alguém viu um psicólogo social passar por aí?” Ora, a pergunta induz à procura. O tal psicólogo social não está escondido sob as cadeiras escolares ou os assentos ocupados por psicólogos em diversas empresas e organizações, mas está nas cadeiras sentado, espreitando, perquirindo, indagando. Pode-se explicar. Quando estudantes de Psicologia concluem o curso, recebem um diploma de seu pretense tutor, o Estado, representado por autoridades universitárias em um ritual. A partir daí, quase que em um passe de mágica, os estudantes mudam de *status* e passam a ter a permissão para atuar em clínicas particulares, hospitais, escolas, fábricas e organizações diversas, tais como as academias universitárias, nas funções de professores e pesquisadores. Ninguém disse a nenhum formando ou recém-formado que eles eram psicólogos sociais. Em todas as cerimônias e festas de colação de que cada um aqui participou, todos foram chamados simplesmente de psicólogos e psicólogas. E o diploma deixou de ser um coroamento de estudos para ser um certificado de um curso, um atestado que libera legalmente a intervenção na vida humana alheia. Também é um atestado de resistência aos que dizem: “aguentei os estudos durante cinco anos!”

É possível perceber a armadilha em que cada um se colocou?

Recebe-se permissão para atuar profissionalmente em várias das formas de organização que são peculiares à sociedade em que se vive, sem que se dê conta de que todos são psicólogos sociais. Pode-se afirmar, com um enorme prazer, que não há campo de atuação do psicólogo que não seja possível adjetivar de “social”.

Dentre os tais campos de atuação que se configuram ao ser psicólogo no contemporâneo, destaca-se o de “políticas públicas”. Deve-se ter o cuidado para não substituir o tal social pelas “políticas públi-

cas”. Vejam que se pode correr o risco de pedir para o Estado gerir ainda mais as vidas de todos. Ou melhor, gerir a vida dos empobrecidos, porque os enriquecidos nunca pedem políticas públicas, pois sabem muito bem fazer suas políticas particulares. Assim, psicólogos surfando na onda das “políticas públicas” podem estar só colaborando para dar ao Estado uma máscara de benfeitor. Toda essa onda parece apontar que a Psicologia pode estar em transição, mudando sua característica de profissão liberal. Os Conselhos de Psicologia cada vez mais desejam participar da gerência destas políticas, deixando de questionar a função mesma do Estado e o governo de vidas.

Assim, importa saber como se efetuam os conceitos de “social” e de “psicologia” que circulam entre os psicólogos, uma vez que são eles que nortearão seu campo de intervenção.

Isso também leva o autor a direcionar este texto para alguns posicionamentos que, julga-se, farão cada um e uma de vocês procurar os “seus” posicionamentos: com que ou em que “social” os profissionais buscam construir suas práticas? Em primeiro lugar, não se deve considerar “o social” absolutamente natural, ainda que, quando se faz referência a “ele”, o mesmo se torna quase palpável a ponto de ser caracterizado. Ele só é palpável nas conjecturas individuais, norteadando a possibilidade de se viver em “comunidades” (que de comum e unidade quase não têm nada!). O “social” é, em última instância, uma poderosa força que permeia as inter-relações, proporcionando a cada um aqui acreditar, por exemplo, que todos são brasileiros só porque nasceram em um pedaço de terra entre o que se chama de Oceano Atlântico e uma série de “acidentes” (montanhas, rios etc.) que separam esta faixa delimitada de outros países. E vejam que antes era uma linha celebrada pelo Tratado de Tordesilhas. Vê-se que os acidentes mudaram pelo exercício da política: mudou o traçado da linha política.

EPISTEMOLOGIA, PESQUISA E PSICOLOGIA SOCIAL: PERCURSOS DA VIDA, ACIDENTES

Em resumo, mais do que brasileiros e psicólogos, todos aqui são acidentes, ou melhor, se o são, isso acontece nos acidentes que foram traçados: percursos que se fazem ao andar ou parar, sem a possibilidade de se prever o que sucederá. E quem sabe seja possível entender que o belo e divertido é a viagem, e não o objetivo final. A psicologia social se faz em diversidades, em diferenças, e não com o intuito de chegar a uma única forma de exercício da Psicologia, traçada por reis e rainhas dos reinos de “Castelas” ou “Portugais”, que ameaçariam com guerra quem ousasse ultrapassar a linha que não fosse a sua.

“O social” é o poder que é dado aos professores por estudantes para que se postem à frente nas salas e nos auditórios, falando-lhes de coisas que eles supõem que seus mestres saibam. Esta relação social – e isso é importantíssimo – como suposição, permite que o autor deste artigo esteja “do lado de cá” escrevendo e falando, e do outro lado, ouvintes que deslizam os olhos e sua escuta por entre estas letras faladas, com a disposição de “ouvi-lo”.

“O social” é essa rede que faz todos delirarem uniões, que propicia que “cada um se reconheça no outro” ou que “cada um se desconheça no outro”, provocando um estranhamento que leva a um embate, que pode até dizimar o outro, seja proporcionando a morte física dele, seja classificando-o como fora da normalidade ou como “abjeto” (BUTLER, 2002). Quem sabe um dia, o estranhamento seja mais no sentido de viver um mundo desigual, e não buscar as unidades homogeneizadoras, as normatividades universais. Ainda que parecendo errar a flexão verbal, pode-se dizer que “o social” é absolutamente variável segundo práticas discursivas sustentadas por um determinado coletivo:

- as leis, que são construídas e muitas vezes burladas por quem as constrói (MÉLLO, MEDRADO & BERNARDES, 2010);
- as pesquisas realizadas que questionam o inquestionável (IBÁÑEZ, 1996);

- as práticas discursivas de todos, suas formações discursivas, que os unem e os repelem, e que os fazem acreditar que são humanos. (SPINK, 1999, 2004);
- as dinâmicas das “representações sociais”, dos sistemas de valores, ideias e práticas que orientam e permitem aos sujeitos a comunicação entre si (MOSCOVICI, 2003);
- as regras que são construídas sob argumentação (BILLIG, 2008);
- as ações críticas orientadas para um ser humano agente de sua própria história (LANE & CODO, 2004);
- ações cuja ênfase é a aplicação da ciência para a transformação social (MONTEIRO, 1996).

Mas, também, é o inominável cotidiano da vida de cada um, vivido em corpos chamados de “eu”, e supostamente vividos como biologicamente determinados em heteronormatividades de gênero, criando formas desse eu-viver expressas em hábitos, que vão do vestir ao morar em construções de madeira ou cimento, ou moradas ao relento.

“O social” é o vigor que pulsa em cada profissional para fazer da Psicologia uma prática que, um dia, não precise mais do adjetivo social para lembrar a todos que eles construíram instâncias, edificadas sobre rituais centenários, milenares, atualizados e/ou criticados.

Para finalizar, o “social”, da ou na Psicologia e de ou em outros campos do saber, é a potência que impulsiona cada um a nomear, parafraseando Chico Buarque e Milton Nascimento, “o” que não tem nome nem nunca terá; o que não tem governo nem nunca terá; o que não tem receita; o que não tem limite; o que perturba o sono; o que não tem medida nem nunca terá; o que desacata a gente, que é revelia³. Ou, ainda, tomando emprestadas palavras de Lenine, o tal social é avassalador e chega sem avisar; é arrebatador, vem de qual-

³ Música “O que será” (À flor da pele). Composição de Chico Buarque e Milton Nascimento.

quer lugar; chega, nem pede licença; avança sem ponderar. É o que “não poupa ninguém”⁴. Enfim, “o” que impele cada um a insistir em identificar o que não tem identidade, a construir o que não tem forma definida, ou seja, identificar e construir “cada-um-de-nós⁵-em-relação”, ou “cada-um-dos-nós⁶-das-relações”.

Consoante a visão aqui delineada, esse é o campo de atuação de todos os psicólogos sociais com suas pesquisas e para além das verdades científicas permanentes expostas em qualquer epistemologia.

Psicólogo social: quem viu passar um?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BILLIG, Michael. *Argumentando e pensando, uma abordagem retórica à psicologia social*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Vozes: Petrópolis, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Tradução de Luis Meana. Madrid: Alianza, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Lara Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1986.

⁴ Música “Aquilo que dá no coração”. Composição de Lenine.

⁵ Primeira pessoa do plural que não se cinde em atribuição de gêneros.

⁶ Entrelaçamento feito utilizando cordas, linhas ou fios, marcando um ponto de união. Aqui é empregado no sentido de nó que se constitui na convergência de redes de relação entre humanos e não humanos (LATOUR, 1994).

_____. *Resumos dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Tradução de Andrea Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e a análise do ego. In: FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XVIII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (originalmente publicado em 1921).

GERGEN, Kenneth J. Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 26, n. 2, p. 309-320, Washington, 1973.

HELO, Alvaro. Ludwik Fleck: la génesis y el desarrollo de un hecho científico. *Revista de Filosofía*, n. 2, p. 183-185, Madrid, Universidad Complutense. 1989.

IBÁÑEZ, Tomás. *Fluctuaciones conceptuales en torno a la postmodernidad y la psicología*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1996.

LANE, Sílvia T. & CODO, Wanderley (orgs.). *A psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MÉLLO, Ricardo P.; MEDRADO, Benedito & BERNARDES, Jefferson. Dispositivo legal como tecnologia de governo da vida – usos e efeitos da Lei Maria da Penha. In: SOUZA, Solange Jobim & MORAES, Marcia (orgs.). *Tecnologias e modos de ser no contemporâneo*. Rio de Janeiro: PUC/ 7 Letras, 2010. p. 127-156.

MONTEIRO, Maritza. Paradigmas, corrientes y tendencias de la psicología social fininsecular. *Psicología e Sociedade*, v. 8, n. 8, p. 102-119, Florianópolis, 1996.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Vozes: Petrópolis, 2003.

MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, simplesmente: textos reunidos*. São Paulo: Loyola, 2004.

NETELL, Ana Laura. La distinción entre contexto de descubrimiento y de justificación y la racionalidad de la decisión judicial. *Isonomía*, n. 5, México, outubro, 1986. Disponível em: <http://www.lluisvives.com/servlet/SirveObras/doxa/02405065325240496976613/isonomia05/isonomia5_06.pdf>. Acesso em: 27 de setembro de 2010.

RABINOW, Paul. Sujeito e governamentalidade, elementos do trabalho de Michel Foucault. In: RABINOW, Paul. *Antropologia da razão*. Tradução e organização de João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999. p. 27-55.

ROUDINESCO, Elisabeth & PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SPINK, Mary Jane P. (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez. 1999.

_____. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.